



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ATA DA 5ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dez (2010), no horário de 9:30 às 12:00 h, foi realizada no Auditório da SEDUC, Cambéba, a 5ª. Reunião do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente. A reunião foi uma convocação ordinária da Presidência, tendo em vista os encaminhamentos da reunião em 14 de janeiro que gerou algumas pendências em termos de revisão e replanejamento das ações. Participaram da reunião os professores Josefa Lineuda da Costa Murta, Elivânia da Silva Moraes e Nilson de Souza Cardoso representando a UECE; a profa. Ludmila Apoliano Albuquerque; representando a UVA; o Prof. José Aires de Castro Filho, representando a UFC; a profa. Gina Maria de Aguiar, representando o IFCE; a profa. Helena Freitas e Francisco das Chagas Miranda, representantes do MEC; os profs. Edgar Linhares e Ana Maria Iório Dias, representantes do CEE; o prof. George Pimentel, representando a URCA; e as professoras Marta Emília Silva Vieira, Raimunda Erizeny Braga Cavalcante e Tania Maria R. Lopes, representando a SEDUC/COGEP/CEDEP. A professora Marta Emília fez a abertura dos trabalhos, manifestando boas vindas aos presentes. Apresentou justificativa da ausência da Profa. Izolda Cela que se encontra a serviço do governo itinerante. Em seguida detalhou os principais tópicos a serem abordados na reunião: *encaminhamentos relativos ao processo seletivo unificado, adequação das ofertas tendo em vista as dificuldades apresentadas pelas SMEs com o formato “demanda social” com horários inadequados para a situação de funcionamento das redes, análise da proposta de regimento apresentada na última reunião pelo Prof. Miranda e definições sobre as ofertas de formação inicial.* Após estas considerações, facultou a palavra que foi assumida pela profa. Helena Freitas – MEC cujos detalhes iniciais foram relativos a *ampliação do REUNI em termos de investimentos na estrutura das IES, contratação de professores e técnicos e liberação de recursos para desenvolvimento de projetos de pesquisa e, principalmente, maior abertura para a clientela oriunda das redes públicas e, no caso do PARFOR, maior abertura para a profissionalização dos docentes da rede pública. Destacou ainda alguns fundamentos e ações da Política Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica por meio do Decreto 6.755/2009 com a exposição de slides. Ressaltou a garantia de financiamento público – diferentes responsabilidades dos entes federados e o desafio deste Fórum estruturar um planejamento da formação a longo prazo, estrangulando a mera percepção de apenas disponibilizar às redes e aos docentes um “elenco” de cursos que muitas vezes não impactarão nos resultados. Ainda utilizando slides destacou sobre a Política de Formação: compromissos dos sistemas estadual e municipais com a formação; o desenvolvimento da formação inicial deverá ter apoio e execução pelas universidades públicas; compromissos dos fóruns com a formação dos professores mediante articulação política congregando as instituições participantes; compromissos das escolas e sistemas com a formação, criação e implementação de estratégias de fomento com delimitação de recurso de custeio direto aos professores para que estes tenham condições de participar dos processos formativos; da necessária e imediata definição dos sistemas em relação à uma política de reconhecimento e valorização docente; reconhecimento da formação continuada para a melhoria dos resultados; priorizar na validação das inscrições a coerência entre disciplina que o professor ensina e formação adequada para o alcance dos resultados. No momento, a prioridade é cumprir a necessidades de formação na área de atuação (formação inicial).* Considerando o

número de denúncias que o MEC recebe constantemente acerca da falta de apoio dos sistemas, gestão das escolas e dos próprios conflitos entre os professores, recomendou *que todos precisam somar esforços para apoiar os professores, prioritariamente aqueles sem formação, para que consigam não apenas participar, sobretudo acompanhar todo o desenvolvimento curricular teórico e prático, para que os investimentos, apoio e processos não sejam transformados em mera certificações e indicadores estatísticos governamentais.* Sugeriu que o FÓRUM se organize *com Câmaras destinadas a desenvolver planejamento, estratégias metodológicas e de avaliação tanto da formação Inicial como da Educação Continuada.* Ressaltou as responsabilidades de todos os membros do fórum em examinar os centros (locais) onde os cursos serão realizados, a necessidade de articulação com os municípios para apoio as IPES – campi e pólos. Enfatizou a relação motivação docente x questões salariais x formação x carreira, atribuindo ao fórum esses estudos e a definição de uma política de formação em nível estadual. Mencionou as possibilidades de articulação entre Conselho Estadual e Conselhos Municipais na definição de agenda com foco na elaboração de planos de cargos, carreira e salários. Nesse campo poderia ser instaurado e consolidado o regime de colaboração entre os entes federados. Passou em seguida a expor os dados consolidados pela Diretoria de Formação Continuada, relativos à primeira abertura de inscrições na Plataforma FREIRE, apresentando as seguintes demandas: Educ. Ambiental – 180 vagas; Mediadores de Leitura, Produção de material didático Gênero e Diversidade – 450 vagas; Educação para a Diversidade. Destacou ainda que o Pró-letramento apresentou 130 municípios que escolheram esse desafio – o programa visa formar professores em serviço para a melhoria dos indicadores de alfabetização de 06 a 08 anos, que o GESTAR atenderá municípios que não foram contemplados na primeira fase. Destacou que para o GESTAR há em média 31 SMEs não atendidas e que a prioridade será contemplar o maior número de professores lotados nestas redes. Convocou as IPES a apresentarem projetos para o Edital da Rede de Formação Continuada que está prestes a ser publicado pelo MEC. Sobre o GESTAR disse *que o MEC financiará contratando as IPES para execução do programa, o ESTADO e SMEs são responsáveis pela certificação dos professores.* Em linhas gerais provocou *uma reflexão sobre a política e o plano, reafirmando a necessidade de mobilização pela SEDUC e SMEs no sentido de despertar um maior compromisso dos professores, criação de alternativas de viabilização como tempo de estudo, espaço para a formação e socialização das experiências pelos sistemas e professores.* Sobre o GESTAR e outros programas similares já implementados pelo MEC, ressaltou que *precisamos esgotar fase de “programa pronto” para gerar uma nova lógica de formadores, isto porque não se pode ficar “formando formadores/multiplicadores” todo o tempo, a otimização de recursos e tempo deverá ser vista pelas IPES e sistemas.* Em seguida destacou a adesão das SMEs aos diversos desafios colocados no Plano/Plataforma FREIRE, destacando o foco das redes para a formação continuada dos professores nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Comentou que os cursos financiados pela SEB/MEC *não tem modelo pronto, as propostas devem ser construídas em regime de colaboração entre as SMEs, SEDUC e IPES.* Encerrando esse momento inicial, a profa. Helena concedeu a palavra a profa. Ana Iório que provocou o grupo no sentido de *pensar a formação continuada por escola, em função das necessidades apresentadas no cotidiano, frente às dificuldades dos seus professores.* Colaborando na reflexão a profa. LUDMILA ressaltou que não há clareza para os professores seja vinculado às SMEs ou SEDUC sobre o dimensionamento do PARFOR. Destacou que *muitas IPES de outros estados estão atuando no Ceará, comprometendo as ofertas das instituições locais.* Destacou a falta de informações consistentes sobre a Política e o Plano e que é *responsabilidade da UNDIME e SEDUC formularem uma estratégia de divulgação envolvendo IPES e SMEs com participação dos professores já envolvidos no PARFOR e os potenciais candidatos, tanto da Formação Inicial como Continuada.* Nesse momento foram abordados os problemas com a falta de informação das redes no processo de adesão e validação das inscrições, as IPES continuam com dificuldades de acesso aos relatórios das inscrições validadas para as eventuais providências sobre o processo seletivo. O tema processo seletivo reascendeu discussões anteriores quando a Profa. Helena ressaltou que *consultando os relatórios de inscrições validadas recomenda que para algumas áreas não há necessidade de seleção, isto porque o número de professores inscritos é, em*

alguns casos, inferior às ofertas apresentadas. A profa. Elivânia ressaltou que o fluxo não está claro, o MEC não repassou para a UECE o relatório com indicação das inscrições validadas. Destacou ainda a situação dos pólos, a condição de funcionamento dos mesmos precisa ser confirmada. A profa. Marta Emília aproveitou a fala da representante da UECE para informar que foi agendada uma reunião com a profa. Teresa Lenice – SECITECE, responsável pela articulação com o MEC para decidir sobre os pólos. O tema processo seletivo foi retomado pela profa. Ludmila, ressaltando que as IPES devem solicitar a documentação dos alunos validados antes de qualquer iniciativa porque muitos docentes não têm comprovantes que legitimem a matrícula nas ofertas do PARFOR. Também opinou sobre o problema a profa. Gina que afirmou a necessidade de providências anteriores a seleção, considerando o número de vagas de cada IPES. Reafirmou as ofertas do IFCE dentro da demanda social seja para as ofertas presenciais como a distância. As IPES foram orientadas pela profa. Tania com base nas colocações da profa. Ludmila que seja explicitado no edital do processo seletivo a obrigatoriedade da apresentação de documentos que comprovem vínculo do professor com a rede para regularização da matrícula após seleção. Retomou a fala a profa. Helena destacando que sejam observadas a qualidade da formação x tempo de formação x tempo prático de prática de ensino; destacou também que a formação continuada deve ter o foco na complementação/ampliação de conhecimentos. Reafirmou que o Fórum é para traçar os contornos do plano no Ceará, a visão de qualidade na educação é obrigação e não opção. Disse ainda que é responsabilidade de todos a compreensão de que esse processo é para ser visto como uma política de Estado e não de governo. A profa. Ludmila destacou que o fórum deve dar coerência as decisões sobre os polos, como também deve equacionar as ofertas para não prejudicar a UVA e os alunos. Que somente polos aprovados e com condições de estrutura consolidadas é que deverá ter ofertas. Diante das colocações a profa. Helena recomendou que a SEDUC e UNDIME em parceria com as IPES elaborem uma comunicação para os professores com inscrições validadas na Plataforma FREIRE explicando as razões técnicas para a retirada de cursos em polo não definidos ou sem condições de operacionalização. Com base nas colocações, a profa. Helena recomendou que a discussão do fórum agora deve ser focalizada na construção da proposta pedagógica e que a formação do professor precisa dar conta de transforma-lo em pesquisador de sua própria prática além de aprofundar teorias que possam reverter os resultados, mas sem descuidar da qualificação da formação. A profa. Ana Iório destacou com preocupação a situação dos currículos de formação dos professores e a situação precária como está sendo consolidada a formação em todo país. Retomando a questão do processo seletivo para ofertas presenciais, a UVA e URCA anunciaram formalmente para aprovação pelo fórum a decisão dos colegiados de ambas universidade pela não adesão ao processo unificado. Comunicaram que adotarão estratégias de inclusão diversificadas: para as 2ª. licenciaturas considerarão a existência de uma formação inicial dos professores, assim como uma forma de selecionar os novos professores sem formação inicial. As duas IPES solicitaram que ficasse registrado em ata a decisão de processos seletivos institucionais isolados, isto porque em nenhum momento dos documentos que regulamentam o PARFOR há indicação de que o processo seletivo deverá ser unificado, cada universidade tem autonomia para decidir a melhor forma de ingresso dos professores, ressaltou os profs. Ludmila e Pimentel. A profa. Aila (SME Quixadá) destacou como representante da UNCME que as SMEs estão resistindo a adesão ao PARFOR porque as ofertas, assim como a forma de execução não atende as possibilidades, necessidades e realidade das redes. Destacou que já existe municípios formulando contratos diretos com algumas universidades para realizar a formação dentro das condições e possibilidades da região/SME. Destacou que mesmo pagando a formação integral sai mais em conta de que validar inscrições de cursos de plataforma nas condições em que as IPES estão oferecendo. As IPES foram provocadas e alguns representantes apresentaram justificativas para o formato apresentado. A profa. Tania destacou conforme levantamento realizado junto as SMEs que não estão sendo observadas as necessidades e possibilidades dos municípios, demandando, portanto um replanejamento, pois muitos municípios não tem condições físico-financeiras de dispensar os professores para participar de cursos dentro da demanda social. Ressaltou que a perspectiva das SMEs é a oferta em regime especial. A profa. Helena recomendou

que as IPES revejam a possibilidade de ofertas em regime especial aos sábados, modulares e atividades realizadas de forma semi-presencial. Constatado esgotamento da agenda prevista, a profa. Marta Emília sugeriu partir para os encaminhamentos finais: **o Fórum orientará a retirada de ofertas nos polos ainda não definidos ou sem condições de funcionamento; estabelecer cronograma de reuniões envolvendo as IPES com foco na redefinição das ofertas em regime especial; reunião com a SECITECE para definição sobre a regularização dos polos; solicitar à CAPES relatórios com indicação das inscrições validadas; reunir SEDUC e UNDIME para montar um cronograma de visita as macrorregiões (apoiadas pelas CREDE), objetivando mobilizar SMEs e professores para os compromissos com o PARFOR.** Esse documento foi produzido pelo registro das falas e depoimentos dos presentes. Nada mais havendo a tratar, a Presidente em exercício encerrou a sessão. Eu, Tania Maria Rodrigues Lopes, lavrei a presente Ata que, após sua apreciação e aprovação será assinada por todos os presentes.

Fortaleza, 28 de janeiro de 2010.